

O jornalismo político de Carlos Castello Branco: imprensa e engajamento.

LUCIA GRINBERG*

“A hora é delicada, mas estou otimista, inclusive pelo que leio na sua Coluna. Imagino que você esteja sendo mais do que porta-voz do Petrônio Portela, como disse há meses um malicioso que de você só tem inveja. O chato dos regimes de exceção é que nos tornam excepcionais. Eu, por exemplo, que não quero saber de política, acho um saco, vira e mexe acabo tendo que falar nessa josta, como se fora político. Tenho pressa, quero a democratização para eu cair na normalidade constitucional, ou seja, esquecer a chatice do Brasil. Vou ler Montaigne e, em matéria de História, ficarei com Suetônio e Tito Lívio”. Correspondência de Otto Lara Resende a Carlos Castello Branco, 3/10/1977 (FCRB/CCB).

Na conjuntura de abertura, no final dos anos 1970, houve uma nova valorização dos direitos políticos, depois da perda parcial dos mesmos desde 1964, e da percepção do voto como instrumento de luta após as eleições de 1974. O debate nas ciências sociais compreendia tanto a questão democrática, como o papel das estruturas e dos atores sociais na história. Entre os cientistas sociais brasileiros, Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort, ambos marxistas leitores de Antonio Gramsci, foram muito influentes entre os historiadores. Em 1979, no contexto da liberalização da legislação partidária e de nova ascensão do movimento operário na cena política, os dois publicaram ensaios fundamentais tanto para a militância política como para a pesquisa histórica e sociológica: *A democracia como valor universal* (COUTINHO: 1980) e *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964* (WEFFORT: 1979). Em comum, valorizavam a democracia e procuravam mostrar aos seus pares que a esquerda brasileira possuía uma concepção instrumental de democracia e da política. No mesmo sentido, o cientista político Bolívar Lamounier

* UNIRIO, DOUTORA.

apontava para a impossibilidade de dissociar a questão democrática dos formalismos da representação política (LAMOUNIER: 1981).

Nos anos 1980, Bolívar Lamounier sugeria ainda que para a compreensão do processo de abertura era preciso investigar as tradições liberais no país. De acordo com o autor, era preciso analisar o legado ideológico e institucional brasileiro, cujo caráter autoritário era “frequentemente ressaltado, mas que também abriga importantes componentes liberais, não sendo concebível, entre nós, a legitimação em termos duradouros de um sistema autoritário, muito menos de uma autocracia repressiva como a que se configurou na era Médici” (LAMOUNIER: 1988).

Desde os anos 1990, os historiadores têm se dedicado aos estudos sobre as culturas políticas presentes na sociedade brasileira na conjuntura da ditadura, com destaque para o militarismo das próprias Forças Armadas e das dissidências comunistas. Os liberais permanecem pouco estudados, não só os políticos, mas também uma faixa mais larga da sociedade que compreende tanto aqueles que compartilharam da visão do golpe como uma defesa da legalidade em 1964, como a oposição liberal ao movimento de 1964.

Através das atividades do jornalista Carlos Castello Branco, especialmente da “Coluna do Castello” e de sua correspondência, pretendo estudar a cultura política liberal no período da ditadura. Em primeiro lugar, vale destacar que os estudos sobre a geração de liberais em atividade no período democrático de 1945 a 1964 foram marcados profundamente pela participação da União Democrática Nacional (UDN) no golpe. No entanto, talvez seja interessante voltar aos estudos sobre o udenismo e os intelectuais próximos ao partido para compreender o impacto da experiência dos anos de autoritarismo. Inicialmente, a pesquisa se limita à análise das tradições udenistas elaboradas por Carlos Castello Branco durante a ditadura e da correspondência entre o jornalista e intelectuais e políticos.

As crônicas políticas de Carlos Castello Branco são fontes primárias recorrentes nos estudos sobre o movimento de 1964 e a ditadura militar. Ao longo dos anos, Castelinho procurou informar a sociedade sobre os meandros do cenário político nacional, mas também procurou formar em seu público leitor a convicção de que os formalismos liberais de representação política são princípios fundamentais. As lideranças políticas e os intelectuais participam ativamente do processo de construção

do campo político e de legitimação da democracia representativa. A análise da consolidação da democracia pressupõe, em primeiro lugar, que a democracia representativa deve ser entendida como um regime em que a representação se faz através de partidos políticos, uma espécie de premissa institucional. Em segundo lugar, a democracia representativa não é necessariamente uma consequência lógica da mobilização dos indivíduos, mas o resultado do trabalho de mobilização feito por políticos profissionais e por intelectuais, como jornalistas. Esse projeto se fundamenta na compreensão de que uma democracia representativa consolida-se através de um processo histórico, e que faz parte desse processo a incorporação de suas regras pelas partes envolvidas: políticos e população (OFFERLÉ, 1985). Nesse sentido, a atuação dos próprios políticos e as disputas pela legitimidade do exercício da atividade política, observando-se as problemáticas de cada conjuntura, são objetos de estudo por excelência.

As crônicas de Carlos Castello Branco são exemplares para o estudo desse processo de reflexão sobre a democracia representativa no Brasil. O jornalista, sempre citado como fonte para a história política, era um analista engajado. Em várias crônicas escreveu sobre a sua própria trajetória como jornalista “simpatizante da UDN, que éramos todos os liberais que sofremos o Estado Novo”¹. Como o partido era uma referência sempre presente em seus textos, o jornalista acaba por traçar um perfil da UDN, indicando as características que se tornaram mais conhecidas da organização, apresenta de maneira clara sua compreensão do que era a “verdadeira” UDN. Ao mesmo tempo, reconhece no “comando parlamentar udenista” a “vanguarda do oposicionismo agressivo”, o golpismo. Ao analisar o governo João Goulart mostrava de maneira bastante direta suas ideias sobre como deve se portar um presidente da República, concordando, geralmente, com parlamentares udenistas. No ano de 1963, ao descrever a cena política nacional Castello indica como questão central “o problema da ordem e do respeito à lei” Ou seja, a questão clássica de ser governo, pretender realizar reformas, ser pressionado pelas bases e dever observar as leis.

Durante a ditadura, muitos políticos se corresponderam com Castello movidos pela repercussão de seus textos, publicados no Jornal do Brasil e, depois, nas coletâneas. Entre os políticos da Arena, queixas de incompreensão e esclarecimentos de narrativas

¹ Jornalismo e engajamento político, 06/03/1983. (FCRB/CCB)

presentes nas crônicas: “Acabo de ler na sua coluna, com o sub-título Uma revolução para salvar Dinarte Mariz, o seu artigo a mim dedicado. [...] É lamentável que procurem deturpar historicamente acontecimentos contemporâneos na memória de todos”².

Entre políticos afastados da atividade política-partidária e intelectuais, um dos dilemas em comum ou suscitados pelos textos publicados na “Coluna do Castelo” era o do significado das instituições políticas na ditadura: “processo político mofino e sem grandeza”, “capitulação em face de uma realidade humilhante ou programas de sentido reformador”? O ex-deputado Rafael de Almeida Magalhães, desligado da militância política-partidária então há quatro anos, contava a Castello: “tenho me interrogado sobre o gesto que pratiquei ao me impor um afastamento, ainda que provisório, que me distancia da minha vocação”. E agradecia: “o seu elogio - ditado, certamente, pelo seu coração - suscitou-me uma emoção especialíssima: a sensação de ter sido entendido e, pois, de poder ficar em paz comigo mesmo. Guardarei o seu testemunho como um valioso estímulo, que me reanimou o espírito e fortificou-me a convicção de que agi certo ao não me submeter a um processo político mofino e sem grandeza.”³. O jornalista Barbosa Lima Sobrinho, por sua vez, enviou-lhe seu livro sobre Alberto Torres, destacando que tratava-se da ordem do dia: “as instituições vão representar capitulação em face de uma realidade humilhante ou programas de sentido reformador”. E sugeria: “Leia no Alberto Torres as reflexões que faço a pag. 354-355”⁴.

Entre os políticos exilados era comum a identificação com a defesa das instituições liberais de representação política e a maneira como parecia acenar com a possibilidade do restabelecimento da democracia no país. Pelas inúmeras referências podemos ver que os textos do jornalista era leitura muito bem-vinda entre os exilados, tanto as coletâneas, quanto a “Coluna do Castello”, através da leitura do Jornal do Brasil ou de recortes enviados por amigos. De Buenos Aires, Almino Afonso escreveu que uma amiga lhe enviara “Introdução à revolução de 1964”, o qual lera com muito prazer, assim como na leitura diária dos principais jornais de São Paulo e do Rio:

² Dinarte Mariz. Rio de Janeiro, 21 1975. (FCRB/CCB)

³ Rafael de Almeida Magalhães. 29 8 1973. (FCRB/CCB)

⁴ Barbosa Lima Sobrinho. 9/12/1970. (FCRB/CCB)

“Como é natural, dou especial destaque à sua Coluna. Não sou homem afeito a aplausos gratuitos. E sei que você os dispensaria. Faço questão, entretanto, de dizer que você para mim já não é só o jornalista brilhante, de olho atento buscando ver além do nevoeiro. Você é o tribuno engajado na causa do retorno do país a um Estado de Direito, que nos permita a todos nós trabalhar pelo engrandecimento da Pátria comum e pelo bem-estar de nossa gente. Peço que aceite, portanto, a minha solidariedade. Sou e sempre fui essencialmente um democrata. À margem as divergências políticas que tenhamos, no que se referem ao passado ou aos dias de hoje, ou ainda à parte as concepções distintas que tenhamos no futuro da sociedade, estou certo de que estamos no mesmo barco no que há de fundamental para o povo brasileiro: a restauração do regime democrático em plenitude. Não tenho remos com que remar e entre mim e a minha Terra se interpõem o tempo e o espaço. Mas tenho mãos para aplaudir aos que, como você, remam vigorosamente a despeito da correnteza adversa e muitas vezes braba”⁵.

Entre os grandes amigos, o escritor Otto Lara Resende era um dos principais correspondentes e redigia longas cartas com sugestões, incentivos e provocações às ambiguidades udenistas:

“O Carlos Lacerda me escreveu um cartão sobre o meu artigo do abacate. Cheio de louvores. Menciona você. (...) Diz que teria de vir de Minas essa voz, etc. – e cita o ‘novo Manifesto dos Mineiros’. Você está manifestante, Carlos. A República lhe passou procuração. Que responsabilidade! E você nem pode convocar o Pedro Aleixo, o Milton Campos, o Bilac, o Adauto – estão todos dormindo profundamente, como no poema do Bandeira. A sua diária coluna cívica, de faróis altos, agora até mais bem escrita (é a Academia?), é um testemunho da sua presença, da sua recusa de se casar com o tédio e a depressão”⁶.

Nos anos 1970, é justamente a editora Nova Fronteira, então de propriedade de Carlos Lacerda (cassado e afastado da política partidária), a responsável pela publicação das coletâneas de suas colunas: *Introdução à Revolução de 1964* (dois volumes) e *Os militares no poder* (três volumes).

Muitos historiadores e cientistas sociais se perguntaram sobre a adequação ou representatividade dos partidos políticos brasileiros. Nos anos 1990, Antônio Lavareda mostrou ser fundamental considerar o processo de consolidação do sistema partidário ao longo do tempo. Nessa pesquisa pretendo estudar a visão de Carlos Castello Branco sobre a política nacional. Qual o seu conceito de representação política? Como analisava os partidos e os políticos profissionais? O que era questionável na política partidária brasileira? Carlos é considerado um realista, um comentarista da *realpolitik*.

⁵ Almino Afonso. Buenos Aires, 18 6 1975 (FCRB/CCB)

⁶ Otto Lara Resende. Rio de Janeiro, 26/06/1970. (FCRB/CCB)

Será que sua abordagem não nos permite justamente observar a política brasileira em sua complexidade?

Castelo em uma ocasião se identificou como um observador de “situações complexas, repetitivas, monótonas, mas apaixonantes”. Não seria justamente nessa rotina que encontrava as chaves para a compreensão da política? O jornalista apressado, o leitor apressado, conhecem apenas as grandes lideranças, os fatos transformados em grandes acontecimentos, os escândalos. No entanto, ao valorizar a rotina, Castello jogava luz nas mediações institucionais que envolvem a construção das lideranças. Esses caminhos institucionais que ficam à margem das manchetes dos jornais, das fotografias consagradas, tantas vezes reproduzidas. A investigação dessas mediações institucionais pretende destacar a singularidade dos políticos e dos dirigentes partidários como agentes da história que se empenham em mobilizar a população para participar nos processos que constituem a democracia representativa. E, cada vez mais, os historiadores entendem que a rotina, o cotidiano, ao contrário de remeter à superficialidade, constitui um campo promissor para estudos sobre práticas incorporadas profundamente pelas sociedades. As crônicas, de maneira geral, têm sido consideradas fontes originais para os estudos de práticas sociais.

A trajetória de Carlos Castello Branco sugere que a temporada mineira foi muito importante, lá passou a frequentar uma roda formada por escritores e políticos. Entre as características distintivas dessa geração, estava justamente a convivência entre escritores e artistas plásticos, intelectuais e artistas modernistas compartilhavam os mesmos círculos sociais. No levantamento da correspondência passiva de Carlos Castello Branco é possível se reconstruir sua rede de sociabilidade, no caso, se destacam justamente dois conjuntos de correspondentes: escritores e/ou jornalistas, e políticos. Assim como alguns casos de personalidades que desempenhavam os dois papéis, como Afonso Arinos de Melo Franco⁷.

⁷ No campo das letras e da imprensa, um belo time: Otto Lara Resende, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Ciro dos Anjos, Austragésilo de Athayde, Manuel Bandeira, Mário Barata, Francisco de Assis Barbosa, Paulo Emílio Salles Gomes, M. F. do Nascimento Brito, Evandro Carlos de Andrade, Antonio Callado, Autran Dourado, Plínio Doyle, Millor Fernandes, Hélio Fernandes, Rubem Fonseca, Gilberto Freyre, Henfil, Antonio Houaiss. Alguns poucos no campo da arquitetura e artes: Lúcio Costa, Roberto Burle Marx ... A maioria dos correspondentes era mesmo de políticos: Wilson Acioli, Almino Afonso, Pedro Aleixo, Aluísio Alves, Márcio Moreira Alves, Murilo Badaró, Aliomar Baleeiro, Mário Gibson Barbosa, Parsifal Barroso, Hélio Beltrão, Betinho, José Bonifácio, Célio Borja, Leonel Brizola, Paul,o Brossard, Cristóvão

O jornalista Carlos Castello Branco participava tanto de círculos de políticos, quanto de escritores. Dialogando com vários desses intelectuais e políticos, mas de um lugar distinto, a imprensa; compartilhando valores e, ao mesmo tempo, buscando uma perspectiva crítica. Na edição do segundo tomo de *Introdução à revolução de 1964: a queda de João Goulart*, ainda em plena ditadura militar, em 1975, podemos ver essa proximidade, José Sarney escreveu o texto da orelha e Odylo Costa, filho, redigiu o prefácio; Castello agradece a leitura prévia para a organização do texto a Otto Lara Resede, Cláudio Lacombe e Odylo Costa, filho.

Carlos era filho do desembargador Christino Castello Branco e de Dulcilla Santana Branco. Saiu do Piauí para estudar Direito em Belo Horizonte, formou-se em 1943 pela Universidade de Minas Gerais. Como muitos jornalistas da sua geração, começou a trabalhar como jornalista ainda jovem, sem nenhuma formação, era apenas uma fonte de renda enquanto cursava Direito. A partir de 1939, trabalhou como jornalista em empresas dos Diários Associados, passou por diversos cargos até tornar-se repórter político em 1949. Trabalhou em *O Jornal*, depois no *Diário Carioca* e na revista *O Cruzeiro*. Castello Branco pertencia à “geração mineira de 1945”, como Otto Lara Resende, Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino.

Em 1952, publicou o livro *Continhos brasileiros*. Em 1961, afastou das atividades de cronista político para assumir por o cargo de secretário de imprensa do governo Jânio Quadros. Em 1962, devido à renúncia do presidente, voltou ao jornalismo como chefe da sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília e como colunista político. Durante a ditadura continuou publicando suas crônicas, a “Coluna do Castello” era considerada uma das principais referências para os interessados na vida política nacional, lida por todas as lideranças políticas. Em 1976, foi eleito presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. Em 1978, ganhou o prêmio Maria Moors Cabot, pela Universidade de Columbia, Nova York, recebeu o Prêmio Mergenthaler, de liberdade de imprensa.

A trajetória profissional de Carlos Castello Branco, assim como a de políticos e de jornalistas da sua geração, tem início nos anos 1940, na ditadura do Estado Novo. A

Buarque, João Calmon, César Cals, Milton Campos, Roberto Campos, Gustavo Capanema, Nelson Carneiro, Fernando Henrique Cardoso, Araújo Castro, Ramiro Saraiva Guerreiro, Ulisses Guimarães. Entre os políticos, lideranças de matizes variadas: pessedistas, udenistas e petebistas; emedebistas, arenistas e integrantes do movimento estudantil; vários ex-ministros: da Educação, das Relações Exteriores, da Justiça.

partir de 1945, participaram ativamente do processo de redemocratização, observaram e organizaram os novos partidos políticos, a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Liberal (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), entre outros. Entre os anos 1945 e 1964, viveram a primeira experiência de democracia de massas no país, com partidos nacionais em atividade, organização de grandes comícios em praças públicas resultado do investimento em filiação partidária e mobilização política.

A história dos partidos políticos no país, a partir da República, é uma história de sucessivas intervenções por parte de governos autoritários de vários tipos. Entre elas estão a da Revolução de 1930; a do Estado Novo, em 1937; a do regime militar, através do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1965; e, em 29 de novembro de 1979, a última extinção de partidos, por iniciativa do Executivo federal, aprovada pelo Congresso Nacional. Tais intervenções geram uma impressão de eterno recomeço, dificultando o conhecimento das experiências e tradições elaboradas por essas organizações durante décadas de atividade. Os nomes e as siglas partidárias realmente sofreram modificações, mas ao se alterar o foco de análise e ao compreender os partidos como grupos constituídos por indivíduos socializados em organizações políticas (BERSTEIN, 1988), abre-se uma nova perspectiva de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSTEIN, Serge. Les partis. In: RÉMOND, René. *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988.

CASTRO, Pedro Jorge (org.). *Carlos Castello Branco: o jornalista do Brasil*. Brasília: Senac, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. "A democracia como valor universal", in Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1979, p. 33-48; depois, numa versão ampliada, in: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar. "O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura". In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. "Representação política: a importância de certos formalismos". In: LAMOUNIER, Bolívar. (org.) *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

OFFERLÉ, Michel. Mobilisation électorale et invention du citoyen l'exemple du milieu urbain français a la fin du XIXe. siècle. In: GAXIE, Daniel (ed.) *Explication du vote*. Paris: Presses FNSP, 1985.

WEFFORT, Francisco. *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964*. *Revista de Cultura Contemporânea*, CEDEC, São Paulo, n° 1; n° 2, 1979.